



<CABBCCBDAABAACDACBBCBBCCADBACAADBACAADDADAAAD

✓

**5. Recursos não providos.**

ROCHA E OUTRO(A)(S)

Vistos etc., acorda, em Turma, a 6ª CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, na conformidade da ata dos julgamentos, em **NEGAR PROVIMENTO AOS RECURSOS**.

DES. CORRÊA JUNIOR  
RELATOR



**DES. CORRÊA JUNIOR (RELATOR)**

**V O T O**

Trata-se de recurso de apelação interposto pela [REDACTED] e de apelação adesiva aviada por [REDACTED] e [REDACTED] contra a r. sentença proferida pelo MM. Julgador da 1ª Vara Cível e da Infância e da Juventude da comarca de Sabará, que, nos autos da ação de indenização ajuizada pelos apelantes adesivos, entendendo caracterizada a responsabilização da concessionária ré pela interrupção do fornecimento de energia elétrica durante a festividade do casamento dos autores, julgou procedentes os pleitos exordiais, razão pela qual foi a apelante principal condenada ao pagamento do montante de R\$ 22.100,00 (vinte e dois mil e cem reais) a título de danos materiais e de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) a cada um dos postulantes a título de danos morais.

Sobre o montante devido determinou o d. Sentenciante a incidência de correção monetária pelos índices da CGJ desde a publicação da sentença e de juros de mora em 1% (um por cento) ao mês a partir da citação.

Finalmente, foi a [REDACTED] também condenada ao saldar das custas processuais e dos honorários advocatícios arbitrados em dez por cento do quantum indenizatório.

Em razões de apelação coligidas às fls. 106/122, a ré pleiteia a reforma da decisão, arguindo a ausência de ato ilícito, por inexistir a comprovação dos elementos necessários à configuração da responsabilidade civil, tais como: a) culpa do agente; b) existência de fato danoso; e c) nexó de causalidade entre a conduta e dano. Nesse sentido, assevera a apelante principal, em resumo: que os autores não comprovaram que, no dia do evento danoso, promoveriam a festa de celebração de seu casamento; que ausente a demonstração inequívoca de eventuais despesas assumidas para a realização do evento; que também não se exoneraram os postulantes quanto à comprovação no sentido de que a interrupção do fornecimento de energia elétrica teria, de fato, ocasionado o encerramento das comemorações; que o restabelecimento da prestação do serviço deu-se em conformidade com a determinação contida na Resolução n. 414/2010, da ANEEL; que não restaram configurados danos de ordem material ou moral; que, na eventualidade de manutenção do dever indenizatório, há de ser reduzido o patamar adotado a título de dano moral, eis que desproporcional ao constrangimento vivenciado.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça



Apelação Cível Nº 1.0567.12.003832-6/001

---

Contrarrazões pelos autores às fls. 125/132.

Outrossim, em apelação adesiva coligida às fls. 133/138, buscam os autores a majoração do quantum concernente aos danos morais, à assertiva de que arbitrados em montante irrisório e insuficiente ao ressarcimento da dor vivenciada pela não realização da festividade das núpcias, em decorrência do não fornecimento de energia elétrica por parte da concessionária de serviço público.

Desnecessária a intervenção ministerial.

É o relatório.

CONHEÇO DOS RECURSOS, por presentes os pressupostos legais.

Analisando o case à luz das nuances fáticas e jurídicas circundantes à controvérsia instaurada, com a vênia respeitosa devida ao ilustrado entendimento em contrário externado, tenho que a sentença analisada, no que tange à matéria de fundo, imerece reforma nesta Instância Revisora.

Buscam os postulantes serem indenizados pelos danos morais e materiais suportados em decorrência da interrupção do fornecimento de energia elétrica por parte da [REDACTED], em localidade na qual era realizada a festividade de casamento dos autores, fato esse incontroverso, à luz das próprias explicações lançadas pela concessionária-ré nas razões contestatórias:

“Após detida análise dos sistemas de atendimento da Ré, foi certificado que houve interrupção acidental por causa indeterminada no sistema elétrico da Ré.” (fls. 43)

Resistindo à pretensão, asseverou a ré, em síntese, que a suspensão da prestação do serviço encontra espeque na Resolução n. 414/2010, da ANEEL, bem assim na Lei Federal n. 8.987/1995, haja vista a ocorrência de força maior, caracterizada por intempéries aptas a afastar a configuração de descontinuidade na prestação do serviço.

Inassiste razão à demandada, contudo.

Com efeito, ao ostentar a concessão de serviço público em comento indubitosa essencialidade à vida do usuário, à concessionária, juntamente com a prerrogativa de exigir a contraprestação pecuniária pela energia consumida, também repousa a incumbência de dispensar toda a estrutura material necessária à eficiente fruição pelos consumidores.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça



Apelação Cível Nº 1.0567.12.003832-6/001

---

Noutro giro, é sabido que a concessionária de serviço público deve ter a sua responsabilidade pelo evento apurada sob o prisma da teoria do risco administrativo, nos termos do art. 37, §6º, da Constituição Federal, que assim preceitua:

As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nesta qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

A análise do dispositivo mencionado revela que o constituinte estabeleceu para as entidades estatais e prestadoras de serviço público a obrigação de indenizar o dano causado a terceiros, independentemente do exame da culpa.

Nessa seara, mostra-se despicienda a investigação acerca da motivação administrativa voltada à interrupção da prestação do serviço, não servindo ao afastamento da responsabilidade da concessionária a alegação de que a suspensão do fornecimento de energia elétrica teve como espeque a ocorrência de descargas atmosféricas, mormente porque **improvado** o referido fenômeno na localidade em que se eram realizadas as festividades do casamento dos postulantes.

Como se não bastasse, a responsabilização da [REDACTED] pela falha na prestação do serviço público torna-se ainda mais evidenciada quando se verifica a inobservância do prazo estabelecido pelo art. 176, da Resolução n. 414/2010, da ANEEL, no que tange ao restabelecimento do fornecimento de energia elétrica:

Art. 176. A distribuidora deve restabelecer o fornecimento nos seguintes prazos, contados ininterruptamente:

§ 1º Constatada a suspensão indevida do fornecimento, a distribuidora fica obrigada a efetuar a religação da unidade consumidora, sem ônus para o consumidor, em até 4 (quatro) horas da constatação, independentemente do momento em que esta ocorra, e creditar-lhe, conforme disposto nos arts. 151 e 152, o valor correspondente.

Ora, conforme se depreende das provas documentais e testemunhais produzidas em juízo, já no início do evento – contratado para ser iniciado às 22 horas do dia 06/11/2010 (fls. 29/32) -, houve a interrupção do fornecimento de energia elétrica na localidade em questão, a qual não foi restabelecida em tempo razoável a possibilitar a ocorrência da festa de casamento assinalada, senão vejamos:



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça



Apelação Cível Nº 1.0567.12.003832-6/001

---

“(…) que foi ao casamento de penetra; que o casamento não foi bom; que foi direto para a festa e quando chegou lá estava sem luz; que chegou ao local entre 21:30 e 22hrs; que ficou até 00hrs; que até a hora que foi embora a luz não tinha voltado; que não havia gerador; que alguns convidados viraram os carros em direção ao local e acenderam os faróis; que tinha cerveja quente; que salvo o engano havia som de carro tocando; (…) que algumas pessoas iam embora; que foram feitas piadas do tipo: “casamento do Gasparzinho”. (fls. 77)

“(…) que foi contratado pelos autores para fazer a fotografia e filmagem no dia do casamento deles; que trabalhou na igreja e depois foi para o local da recepção; que chegou ao sítio entre 22 e 22:30hrs e não havia luz; que o trabalho de filmagem ficou bem prejudicado por causa da falta de luz; que filmou só uma parte até a bateria acabar; que ficou no local até 01:30 ou 2hrs; que quando foi embora ainda não tinha voltado a luz; que ficou tanto tempo porque estava esperando a luz voltar; que no início a festa estava cheia, mas depois todo mundo foi embora; que não havia gerador; (…) que viu um DJ e sertanejos no local, mas não houve música por falta de luz.” (fls. 78)

Impende, pois, uma vez inconteste a existência de ato perpetrado pela ré, averiguar-se a ocorrência de dano, bem assim o nexo causal entre os dois elementos referidos.

E, renovada a vênua, no caso assinalado, entendo que o notório simbolismo e significação de que se reveste uma comemoração de casamento, em seu espectro social e íntimo, cuidando-se de momento singular na vida dos nubentes, familiares e amigos, é suficiente à caracterização de dor moral passível de indenização.

Assim sendo, interrompido o fornecimento de energia durante a festividade nupcial dos autores, resta claro que o agir da concessionária efetivamente deu causa a significativo constrangimento aos demandantes.

Não se trata, a toda evidência, de mero aborrecimento, como pretende fazer crer a Concessionária-recorrente.

Em abono à tese ora desposada, a jurisprudência deste Sodalício:

EMENTA: APELAÇÕES CÍVEIS - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - INTERRUÇÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA - RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA - ART. 37, § 6º, DA CRFB/1988 - FORTUITO INTERNO - DANOS MATERIAIS COMPROVADOS - DANO MORAL CONFIGURADO - QUANTUM INDENIZATÓRIO MANTIDO - CONJECTÁRIOS



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça



Apelação Cível Nº 1.0567.12.003832-6/001

LEGAIS - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS - MANUTENÇÃO - SUCUMBÊNCIA RECURSAL - MAJORAÇÃO. -Nos termos do art. 37, §6º, da CR/1988, as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que causarem a terceiros. A falha na rede elétrica caracteriza fortuito interno, isto é, fato previsível e inerente ao serviço público prestado pela concessionária, incapaz de elidir sua responsabilidade civil pelos danos causados aos consumidores de energia elétrica afetados. -A interrupção de energia elétrica no local onde foi realizada a festa de comemoração do casamento dos autores revela a ocorrência de fortuito interno ocasionado pela [REDACTED], porquanto se refere à fato previsível e inerente ao serviço público prestado pela concessionária, a qual deveria adotar procedimentos e medidas, a fim de evitar ou minimizar os danos causados aos consumidores de energia elétrica afetados. -Presentes o dano e o nexo causal entre a conduta e o dano, mormente quando comprovada a falha na prestação do serviço por parte da [REDACTED] e, não existindo comprovação de qualquer causa excludente da responsabilidade civil, impõe-se o dever da ré indenizar pelos danos causados, sejam materiais, sejam morais. -Quanto aos honorários advocatícios sucumbenciais, devem ser mantidos, mormente por serem justos e equilibrados, conforme o disposto no art. 85, §2º, do CPC/15. Contudo, devem ser majorados, por força do §11 do art. 85 do mencionado diploma legal, em observância ao Enunciado 241 do FPPC. (TJMG - Apelação Cível 1.0701.15.015253-9/001, Relator(a): Des.(a) Yeda Athias, 6ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 13/06/0017, publicação da súmula em 23/06/2017)

EMENTA: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS - [REDACTED] - INTERRUÇÃO NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA NO LOCAL DE REALIZAÇÃO DE RECEPÇÃO DE CASAMENTO - DANOS MORAIS - QUANTUM INDENIZATÓRIO - PARÂMETROS - SANÇÃO AO INFRATOR - FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO DENTRO DO PARÂMETRO DO FIM COMPENSATÓRIO, OBSERVADAS AS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO - REDUÇÃO DO VALOR - RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO - PREJUDICADO O RECURSO ADESIVO. - A interrupção no fornecimento de energia elétrica, no local onde se realiza recepção de casamento oferecida pelos noivos, é passível de indenização por danos morais, já que causa constrangimento pessoal e social aos noivos, ante a frustração experimentada na data em que se materializava um sonho. - O 'quantum' indenizatório devido a título de danos morais deve se prestar à compensação do prejuízo imaterial experimentado pela vítima e a sancionar a conduta ilícita perpetrada, levando-se em conta as circunstâncias objetivas e subjetivas do caso, sendo cabível a redução do valor arbitrado quando não atendidos os parâmetros acima referidos. - Recurso de





Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça



Apelação Cível Nº 1.0567.12.003832-6/001

---

apelação provido, prejudicado o recurso adesivo. (Apelação Cível 1.0313.11.008223-4/001, Relator(a): Des.(a) Sandra Fonseca, 6ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 09/04/2013, publicação da súmula em 10/05/2013).

EMENTA: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS - [REDAZIDO] - INTERRUÇÃO NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA EM SALÃO DE FESTA ONDE OCORRIA RECEPÇÃO DE CASAMENTO - FALHA NO SERVIÇO DA CONCESSIONÁRIA - FIXAÇÃO - MODERAÇÃO E EQUIDADE DO JULGADOR - RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO "IN SPECIE". - A interrupção no fornecimento de energia elétrica na ocasião de recepção de casamento, além de causar prejuízo material, ofende a dignidade humana dos noivos e "ipso facto" torna-se o fato passível de indenização por danos morais. - A indenização por dano moral deve ser proporcional ao dano, visando compensar o lesado pelo constrangimento sofrido e, por isso mesmo a reparação deve ser adequadamente dosada, pena de restar desvirtuada sua finalidade pedagógica. (Apelação Cível 1.0474.10.003722-2/001, Relator(a): Des.(a) Belizário de Lacerda, 7ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 19/11/2013, publicação da súmula em 22/11/2013)

Induvidosa, pois, a necessidade de responsabilização da concessionária, cumpre apreciar a pretensão de redução do *quantum* fixado para a reparação dos danos morais.

E, neste passo, tendo em vista os contornos revelados para a situação delineada nos autos, sendo certo que o incidente teve o condão de impedir a realização das comemorações, vislumbro gravidade suficiente do dano a justificar o valor em que fixada a indenização – R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para cada um dos autores.

Por outro lado, não vislumbro que tal montante apresente-se irrisório, como alegam os segundos recorrentes, eis que arbitrado em consonância aos critérios estabelecidos no art. 944, do Código Civil, bem assim aos primados da proporcionalidade e da razoabilidade.

Finalmente, também no que tange aos danos materiais, imerece reparos a sentença objurgada, eis que escorreitamente comprovados nos autos (fls. 29/37), mormente em se considerando o defeituoso fornecimento de alimentação e bebidas por parte da empresa contratada, as quais não se mostraram refrigeradas por responsabilidade da ré.

**Pelo exposto, NEGO PROVIMENTO A AMBOS OS RECURSOS.**

Custas recursais à metade pelas partes, com a suspensão da exigibilidade em relação aos autores.



Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais  
Tribunal de Justiça



Apelação Cível Nº 1.0567.12.003832-6/001

---

Arbitro os honorários recursais em 2% (dois por cento) do valor da condenação pela ré; e em 2% (dois por cento) do valor da causa pelos autores, com a suspensão da exigibilidade.

É como voto.

---

**DESA. YEDA ATHIAS** - De acordo com o(a) Relator(a).

**DES. AUDEBERT DELAGE** - De acordo com o(a) Relator(a).

**SÚMULA: "RECURSOS NÃO PROVIDOS"**